

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 6 de agosto de 2026 • Nº 2356 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Educação

Municípios em Alagoas e no Ceará lideram notas no Ideb

Municípios do Ceará e de Alagoas lideram a lista das cidades do País com melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Os dados foram anunciados ontem, pelo Ministério da Educação (MEC). O Ideb é divulgado a cada dois anos e leva em consideração a nota obtida pelos estudantes em avaliações de Português e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pelo fluxo escolar, ou seja, as informações de aprovação e reprovação. As notas do Ideb variam de 0 a 10. Oito municípios atingiram a nota máxima do Ideb para os anos iniciais do fundamental. Desses, cinco estão no Ceará (Catunda, Coreaú, Cruz, Pedra Branca e Pires Ferreira) e três em Alagoas (Santana do Mundaú e União dos Palmares). Os outros dois que completam o top 10 do 5º ano do fundamental são Deputado Irapuan Pinheiro e Ipa-poranga, com nota 9,9, e ambos cearenses. [PÁGINA 6](#)

São Paulo

Funcionários da CPTM anunciam fim da paralisação

Funcionários da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) decidiram, na tarde desta quarta-feira, em assembleia, encerrar a paralisação das operações das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, em São Paulo. Iniciada na terça-feira, a greve afetou mais de 1 milhão de pessoas, de acordo com a CPTM. A operação deve retornar imediatamente para, assim, garantir a volta dos trabalhadores para casa no horário de pico. A assembleia que decidiu pelo fim da greve foi realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil, no Brás, centro da capital, e marcada por momentos de tensão e muita discussão. A decisão dos ferroviários foi tomada depois que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou que apresentaria um projeto de lei para garantir que os empregos da CPTM seriam absorvidos após a concessão das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade à concessionária Tróvia Trens. [PÁGINA 4](#)

COPOM

Em nova redução, Banco Central baixa taxa Selic para 14% ao ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu ontem em 0,25 ponto percentual a Taxa Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira, que passará de 14,25% para 14% ao ano. Esta é a quarta vez consecutiva que o comitê reduz os juros. A decisão foi tomada em reunião na sede do BC, em Brasília. O BC utiliza a Selic, os juros básicos da economia, como um instrumento para reduzir o

ritmo da atividade econômica e, com isso, tentar controlar a inflação. Quando o juro sobe ou fica alto por muito tempo, o crédito encarece, ficando mais caro para quem compra no cartão, nas parcelas de produtos e no financiamento de imóveis, levando a uma perda de força no consumo. Quando há redução, a expectativa é de estímulo para a economia e de um menor risco de descontrole nos preços. [PÁGINA 2](#)

Aviação



DIVULGAÇÃO

Governo quer atrair aéreas ultra low cost para o Brasil

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca (**foto**), afirmou ontem, que o governo federal pretende ampliar a concorrência no setor aéreo brasileiro por meio da atração de companhias de baixo custo (low cost) e também de empresas classificadas como ultra low cost. Segundo ele, a intenção é aumentar a diversidade de serviços oferecidos aos passageiros, hoje concentrados em modelos semelhantes de operação. Franca destacou que o governo já autorizou negociações relacionadas à chamada sétima liberdade do ar e acompanha estudos conduzidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) sobre a oitava e a nona liberdades. [PÁGINA 3](#)

Eleições 2026

Lula: Brasil está preparado para conter interferências estrangeiras



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) afirmou ontem, em entrevista aos podcasts Meteo-ro Brasil e Os 3 Elementos, que o Brasil está "preparado" para enfrentar tentativas de interferência estrangeira na eleição presidencial. A fala do presidente ocorre um dia após o governo declarar institucionalmente que os Estados Unidos estão tentando fazer ingerências no processo eleitoral. "O Brasil não só está preparado como vai enfrentar qualquer pessoa, de fora, que queira interferir no nosso processo eleitoral", disse Lula. [PÁGINA 7](#)

Rio

TRE altera 66 locais de votação por segurança

O Tribunal Regional Eleitoral do RJ (TRE-RJ) alterou 66 locais de votação por motivos de segurança para evitar a influência do crime organizado e das milícias nas eleições majoritárias, no dia 4 de outubro. A decisão foi tomada pelo presidente do tribunal, desembargador Claudio de Mello Tavares, após uma análise produzida pelo Grupo de Trabalho Unificado de Defesa da Integridade Eleitoral. O comitê é formado pelo Sistema de Justiça Eleitoral e pelos setores de inteligência das forças de segurança, com o objetivo de impedir que a votação seja realizada em locais dominados pelo crime organizado e classificados como de alto risco. A medida alcança cerca de 188 mil eleitores de 20 das 92 cidades fluminenses. [PÁGINA 5](#)

INDICADORES

IBOVESPA -0,06% / 177.894,97 / -105,27 / Volume: 7.966.166.000											
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas					
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.
POMO4	4,81	-10,43	-0,56	RCSL3F	0,54	+14,89	+0,07	JFEN3F	0,46	-14,81	-0,08
RAIZ4	0,280	+7,69	+0,020	AZUL99	8,410	+13,65	+1,010	SAUD3	14,23	-11,56	-1,86
B3SA3	15,70	+0,51	+0,08	BRSR5	18,00	+12,99	+2,07	POMO4	4,81	-10,43	-0,56
BBDC4	18,22	-1,78	-0,33	BPAC5	19,82	+11,98	+2,12	SAUD3F	14,41	-10,22	-1,64
CSAN3	4,05	-1,22	-0,05	PGMN3F	3,580	+11,87	+0,380	AZTE3F	1,760	-9,28	-0,180

Bolsas do mundo			Salário mínimo			IGP-M			EURO turismo		
Fechamento			Ufir-RJ			IPCA			Compra: 5,9818		
Dow Jones	54.085,88	+1,71	Taxa Selic			CDI			DÓLAR Ptax - BC		
S&P 500	7.736,52	+1,79	(17/06)			(17/06)			Compra: 5,1053		
US Tech 100	28.876,4	+3,12	TR			OURO			DÓLAR comercial		
Euronext 100	1.957,93	+0,96	(05/08)			BM&F/grama/RJ			Compra: 5,1306		
CAC 40	8.666,63	+0,61	Poupança			EURO Comercial			DÓLAR turismo		
FTSE 100	10.879,38	+0,20	(05/08)			Compra: 5,9161			Compra: 5,1610		
						Venda: 5,9167			Venda: 5,3410		

MERCADOS

Bolsa perde fôlego e fecha em leve queda antes do Copom

JULIANA MACHADO/AE

Depois de começar o dia com alta firme acima de 1%, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acompanhou a perda de força no exterior e encerrou o dia perto da estabilidade ontem, com investidores adotando maior cautela antes da decisão de política monetária pelo Banco Central. O Índice Bovespa (Ibovespa) da B3 terminou o dia em baixa de 0,09%, aos 177.726,17 pontos, depois de oscilar entre os 177.690,45 pontos e 180.194,51 pontos no dia.

A ampla expectativa dos profissionais de mercado é de um corte de 0,25 ponto percentual na Selic. No entanto, mais do que a redução em si, o que move o mercado é a natureza do comunicado, segundo especialistas, depois que a autoridade monetária adotou um "tom confuso" na última decisão, em junho.

No exterior, o S&P 500 e o Nasdaq encerraram no campo negativo, em uma acomodação após um início de mês forte puxado pelos balanços cor-

porativos e ainda de olho na retomada das conversas entre EUA e Irã sobre o Estreito de Ormuz. Apesar dos sinais de trégua, o ambiente ainda segue instável e trazendo volatilidade para as commodities. Por mais um dia, o petróleo encerrou em queda, abaixo dos US\$ 80 por barril, contribuindo para o movimento negativo da Petrobras.

DÓLAR

Após exibir na terça-feira o pior desempenho entre as divisas mais líquidas, o real oscilou em margens estreitas ontem, e fechou perto da estabilidade, apesar da onda global de desvalorização da moeda norte-americana.

Com mínima de R\$ 5,0989 e máxima de R\$ 5,1342, o dólar à vista encerrou a R\$ 5,1282 (-0,05%). Depois de recuo de 1,79% em julho, a moeda norte-americana acumula alta de 1,14% nos três primeiros pregões de agosto, sobretudo em razão do avanço de 0,86% na terça, quando ultrapassou R\$ 5,13 e fechou no maior valor desde 13 de julho.

TRANSAÇÕES

Itaú diz que cumpre critérios do Cade sobre carteiras digitais

FLÁVIA SAID/AE

Após o julgamento dos embargos de declaração apresentados pelo Itaú Unibanco ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a instituição disse que já cumpre integralmente os critérios técnicos e operacionais estabelecidos pelo Cade em relação a determinadas transações realizadas com carteiras digitais. "E reafirma que as restrições não violam a concorrência e os direitos dos consumidores, e são aplicadas a determinadas transações com carteiras digitais, de forma não discriminatória, com base em fundamentos técnicos, econômicos e jurídicos sólidos", disse o banco em manifestação ao Grupo Estado.

Na sessão de ontem, o relator do caso, conselheiro Carlos Jacques, votou pelo conhecimento dos embargos, mas sem efeito suspensivo, mantendo a decisão anteriormente proferida pelo tribunal, que manteve a medida preventiva, com ajustes.

"A decisão de hoje tratou apenas de esclarecimentos de pontos de dúvida na decisão anterior. Assim, o Tribunal concordou com a alegação do Itaú relativa aos códigos de retorno a serem utilizados, e esclareceu que a eventual multa estabelecida anteriormente tem caráter diário, e não de incidência por transação, também conforme a posição pedida pelo banco", afirmou o Itaú. "O alerta para multas refere-se apenas ao caso de apresentação de novos recursos, caso esses não tenham fundamento, e não se aplica ao recurso agora julgado. O mérito do processo ainda será analisado pelo Cade", prosseguiu o banco. O Cade reconheceu que o banco pode recusar determinadas transações

de cash-in em carteiras digitais, desde que de forma individualizada e motivada, com base em razões específicas, objetivas e não discriminatórias, e respaldadas nas regras do arranjo de pagamento da respectiva bandeira.

Após a decisão do tribunal, o Itaú entrou com embargos de declaração com pedido de efeito suspensivo alegando que haveria omissões quanto ao prazo para cumprimento das determinações do tribunal e ao uso dos códigos ABECS (estabelecidos pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, que padronizam as respostas e os motivos de recusa de transações com cartões de crédito e débito no Brasil).

Também citou "obscuridade" sobre a extensão da medida a diferentes emissores. O banco ainda apontou obscuridade e contradição na obrigação de prestar informações às carteiras digitais em razão do sigilo bancário, bem como contradição na fixação de multa diária em caso de descumprimento.

Jacques rejeitou o pedido do banco por considerar que não foram apresentados fatos novos capazes de justificar a reconsideração da decisão. "Não há códigos específicos e detalhados o suficiente para descrever todas as situações em que uma transação de cash-in pode vir a ser negada em decorrência das políticas prudenciais do Itaú, e o Itaú tampouco detém a prerrogativa de criar códigos específicos que poderiam melhor comunicar ao consumidor o motivo do indeferimento", alegou a defesa do banco. Para Jacques, a padronização das mensagens de retorno busca garantir uniformidade e precisão na comunicação dos motivos de recusa das transações.

SELIC

MARIANNA GUALTER/AE

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu ontem, reduzir a Selic em 0,25 ponto percentual, de 14,25% para 14% ao ano. A decisão foi unânime e ficou em linha

com a expectativa da maioria dos agentes do mercado financeiro.

Foi o quarto corte consecutivo. Os juros já caíram 1 ponto percentual desde março, quando o BC começou um "ciclo de calibração" da política monetária, em meio às incertezas sobre

os impactos da guerra do Irã sobre a cadeia global de suprimentos, os preços de commodities e a própria inflação.

Antes, o Copom manteve a Selic em 15% - o maior nível em quase duas décadas - por dez meses seguidos, de junho de 2025 até março de 2026.

"Em decorrência da dinâmica dos riscos associados à evolução dos preços, o Comitê reafirma que a magnitude total do ciclo de calibração será estabelecida à luz de novas informações visando assegurar a convergência da inflação à meta", diz o Copom em nota.

Até 2045

Embraer estima alta anual de 3,7% no tráfego global de passageiros

LUÍSA LAVAL/AE

A Embraer projeta que o tráfego global de passageiros medido pela receita por passageiro-quilômetro (RPK) deve crescer a uma taxa média anual de 3,7% entre 2026 e 2045, sustentado por expansão do PIB e padrões mais diversificados de comércio, turismo, investimentos e conectividade regional, segundo relatório de demanda de transporte aéreo da companhia.

Por região, a empresa estima que a China terá o crescimento mais forte no período, com alta anual de 5,2% em RPK, seguida por Oriente Médio (4,6%), África (4,4%), América Latina (4,3%), Ásia-Pacífico (4,1%), Europa (2,7%, incluindo a região da CEI) e América do Norte (2,0%).

A Embraer afirma ainda que o volume global de RPKs deve atingir 19 trilhões em 2045, com Ásia-Pacífico e China respondendo por 40% do tráfego mun-

dial. Europa e América do Norte, em conjunto, devem representar 37% da demanda global, de acordo com o documento.

No mercado de jatos de até 150 assentos, a fabricante prevê demanda por 8,5 mil novas aeronaves nos próximos 20 anos, com valor estimado de US\$ 650 bilhões. Do total de entregas previstas, 53% seriam destinadas à substituição de aviões mais antigos e 47% ao crescimento de mercado, se-

gundo o relatório.

A Embraer também detalha que a demanda por novas entregas nesse segmento seria liderada por América do Norte (2.670 aeronaves) e Europa e CEI (1.870), seguidas por China (1.470), Ásia-Pacífico (1.050), América Latina (740), África (370) e Oriente Médio (330).

Conteúdo elaborado com auxílio de Inteligência Artificial, revisado e editado pela Redação do Grupo Estado

BALANÇO

Lucro do Banco Inter cresce 34% e atinge R\$ 421 mi no 2º trimestre

ANDRÉ MARINHO/AE

O banco Inter registrou lucro líquido de R\$ 421 milhões no segundo trimestre de 2026, segundo balanço divulgado ontem. O resultado representa alta de 34% em relação ao mesmo período de 2025. Na comparação com o primeiro trimestre de 2026, houve avanço de 6,7%.

O retorno sobre o patrimônio líquido (RoE, na sigla em inglês) do banco foi de 16,3% no trimestre, expansão de 2,4 pontos percentuais em 12 meses. Já as receitas líquidas cresceram 32% em base anual, a R\$ 2,6 bilhões.

O balanço é o primeiro desde que o Inter revelou uma nova baliza para os negócios, a chamada "Regra de 50", anunciada em evento com investidores em maio. Pela diretriz, a soma entre a taxa de crescimento das receitas e o RoE deve alcançar 50% - com uma tolerância de cerca de

três pontos percentuais neste primeiro momento.

"Em 2024 e 2025, esse número era 45%. Hoje, a soma dessas duas métricas está em 48%, ou seja, dentro da zona de tolerância da Rule of 50", afirmou o vice-presidente financeiro do banco, Santiago Stel, em entrevista ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

A nova "regra" representa uma camada adicional em relação ao plano estratégico implementado desde 2023, que prevê atingir RoE e índice de eficiência de 30%, além de 60 milhões de clientes até 2027. O banco encerrou junho com 45,3 milhões de clientes (avanço de 15,1% em 12 meses), dos quais 26,4 milhões eram ativos, isto é, utilizavam efetivamente os produtos e serviços financeiros.

No trimestre, o índice de eficiência alcançou 42,1%, de

47,1% um ano antes. Já a margem financeira líquida (NIM), que apura o ganho do banco com operações de crédito e captação em relação à carteira, subiu de 9,1% a 10,1% em igual base comparativa. Os dois indicadores devem ser fundamentais para sustentar o avanço da rentabilidade à frente, afirma Stel. "Nosso crescimento de lucro líquido vai continuar tendo um elemento de melhoria da performance da eficiência com avanço da NIM", projetou.

CRÉDITO

A evolução deve ser sustentada por uma estratégia que busca oportunidades em linhas de créditos com garantia, sobretudo consignado e financiamento imobiliário. A carteira de crédito bruta fechou junho em R\$ 51,927 bilhões, aumento de 29,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

O CFO reforça que o crédito colateralizado continuará sendo a principal avenida de crescimento do Inter. De acordo com ele, o segmento ainda é muito mais dominado pelos grandes bancos do que as linhas sem garantia. "Alguns players estão sendo mais cautelosos nessa dinâmica. Mas nós somos pequenos, temos muito mais capacidade de ser agressivos e ganhar market share em um cenário no qual outros estão um pouco mais tímidos para crescer", explicou Stel.

No consignado privado, a carteira atingiu R\$ 2,8 bilhões, ante R\$ 2,5 bilhões no trimestre anterior. Segundo o executivo, o produto ainda enfrenta alguns desafios operacionais relativos à implementação do sistema de garantias e da portabilidade pelo Dataprev. Ainda assim, o Inter deve manter o apetite pela linha.

BANCO CENTRAL

Projeção de IPCA no primeiro trimestre de 2028, segue em 3,2%

MARIANNA GUALTER, CÍCERO COTRIM E MATEUS MAIA/AE

O Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a projeção para a inflação acumulada em 12 meses no 1º trimestre de 2028 em de 3,2%, considerando o cenário de referência. Ontem, esse se tornou o horizonte relevante da política monetária.

A projeção segue 0,2 ponto

percentual acima do centro da meta de inflação, de 3%. Isso indica que a trajetória de juros embutida no Focus é insuficiente para fazer a inflação convergir ao alvo no período de seis trimestres observado pelo BC.

As medianas do relatório indicam que a Selic estará de 13,75% no fim deste ano e cairá a 12,0% no fim de 2027 e a 10,50% no fim de 2028.

Nesta reunião, o Copom reduziu a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, de 14,25% para 14,0% ao ano. A decisão foi unânime e ficou em linha com a expectativa de 56 das 60 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast.

Ao justificar a decisão, o colegiado disse entender que essa "decisão é compatível com a estratégia de convergência da infla-

ção para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. "Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego", diz o comunicado.

Desde a última reunião, realizada em junho, a mediana do Focus para o IPCA de 2026 caiu de 5,30% para 5,03%. Em contrapartida, as estimativas para 2027 e 2028 avançaram, de 4,10% para 4,22% e de 3,68% para 3,80%, respectivamente. Já a cotação do dólar utilizada pelo Comitê em suas projeções seguiu em R\$ 5,10.

INVERNO: Sol com nuvens de manhã.
Pancadas de chuva à tarde e à noite.

CRIME ORGANIZADO

TRE muda 66 locais de votação por questões de segurança

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) alterou 66 locais de votação por motivos de segurança para evitar a influência do crime organizado e das milícias nas eleições majoritárias, no dia 4 de outubro.

A decisão foi tomada pelo presidente do tribunal, desembargador Claudio de Mello Tavares, após uma análise produzida pelo Grupo de Trabalho Unificado de Defesa da Integridade Eleitoral. O comitê é formado pelo Sistema de Justiça Eleitoral e pelos setores de inteligência das forças de segurança, com o objetivo de impedir que a votação seja realizada em locais dominados pelo crime organizado e classificados como de alto risco. A medida alcança cerca de 188 mil eleitores de 20 das 92 cidades fluminenses.

“A mudança desses locais de votação é um compromisso com a higidez do processo eleitoral.

Com essas trocas, buscamos garantir que o eleitorado possa ir às urnas tranquilo e escolher os candidatos que desejar, livre de pressões de qualquer tipo. Esse é um momento de exercer livremente o direito ao voto. O TRE-RJ atua para que essas escolhas possam ser confirmadas da maneira mais serena possível”, explicou o desembargador.

O número de locais de votação que sofreram mudança supera os 53 alterados nas eleições de 2024 e ainda pode aumentar. Isso porque a Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro mapeia outras regiões em busca de novos locais de votação. Para a substituição, os novos destinos precisam estar fora de áreas controladas pelo tráfico de drogas ou por milícias, devem ficar afastados de territórios dominados por facções rivais e precisam ficar o mais próximo possível de cada local de votação substituído.

A medida atinge eleitores das cidades do Rio de Janeiro, Ara-

ruama, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Itaboraí, Itaguaí, Itaperuna, Japeri, Macaé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Pinheiral, Resende, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda. São dez municípios a mais em relação às eleições de 2024.

Outra atribuição do grupo de trabalho é criar um ambiente de integração que permita às forças de segurança abastecer a Procuradoria Regional Eleitoral com informações de inteligência sobre os candidatos que terão seus pedidos de registro de candidatura apresentados ao TRE-RJ. O material poderá embasar eventuais ações de impugnação de registro de candidatura pelo Ministério Público Federal (MPF), evitando tentativas de infiltração de organizações criminosas na política.

Agora em agosto foi instalado o Gabinete Extraordinário de Segurança Institucional (Gaesí) para prevenir e reprimir condutas criminosas e ilícitos que representam risco ao processo eleitoral. No final de julho, o Colegiado do TRE-RJ aprovou por unanimidade o pedido de presença da Força Federal nas eleições de outubro, embasado no dispositivo constitucional da garantia da votação e apuração. O pedido aguarda análise pelo plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e tratativas junto ao Ministério da Defesa.

CONSULTA

Em função do volume de alterações, o TRE-RJ recomenda que todos os eleitores façam uma consulta para saber se houve alguma mudança em seu local de votação. A pesquisa pode ser feita pelo site da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, com o número do CPF ou do Título de Eleitor. Também é possível verificar pelo Disque TRE-RJ, de segunda a sexta-feira, das 11h às 19h, pelo telefone: (21) 3436-9000.

MANDADOS

Polícia faz operações para prender dezenas de integrantes do CV

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Polícia Civil do Rio de Janeiro realizou ontem uma operação para cumprir dezenas de mandados de prisão contra suspeitos de integrar o Comando Vermelho (CV), principal organização criminosa do estado.

Os alvos da ação formam um braço da quadrilha, que tem se especializado no roubo de automóveis. A Agência Brasil apurou que oito pessoas tinham sido presas até as 11h.

A investigação comandada

pelo Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis da Capital (DRFA-CAP) faz parte da Operação Contenção, voltada especificamente para enfraquecer o CV no Rio de Janeiro.

Os supostos criminosos são da comunidade Fallet-Fogueteiro, em morros da região central da capital fluminense.

DESMANCHE ILEGAL

De acordo com a investigação, a quadrilha aumentou a atuação no roubo de veículos em bairros do entorno, como forma de aumentar o poder econômico

e capacidade de atuação.

Segundo a polícia, os veículos furtados ou roubados “abasteciam desmanches clandestinos, o comércio ilegal de peças e eram utilizados em outras ações ilegais, o que alimentava um ciclo de financiamento da organização”.

A investigação foi iniciada mirando o tráfico de drogas, mas a mancha criminal (concentração de ocorrências) em bairros próximos à comunidade - Santa Teresa, Centro e Grande Tijuca - apontou aumento nos registros de roubos e furtos de

veículos, no sentido contrário ao comportamento desse tipo de crime na cidade, que vem apresentando redução.

Delegacias especializadas e a Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), divisão de elite da Polícia Civil, apoiam a operação.

A polícia diz que realizou “amplo trabalho” de inteligência, com análise de imagens, cruzamento de dados e diligência que permitiram fundamentar a representação pelos pedidos de prisão preventiva, que foram deferidos pela Justiça.

PREFEIRA

Defesa Civil do Rio envia alerta severo para ventos fortes na cidade

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O município do Rio de Janeiro entrou em estágio 2 às 19h de terça-feira passada devido à previsão de ventos moderados a pontualmente fortes, com rajadas de até 76 quilômetros por hora (km/h), entre a manhã e a tarde de ontem, principalmente na zona oeste e em áreas litorâneas da cidade.

A Defesa Civil divulgou alerta severo pelo celular de ventos fortes nas próximas horas e informou que a cidade entrou em estágio 2 na noite de terça-feira. O aviso pede que os moradores evitem ficar abaixo de árvores e de estruturas metálicas.

O estágio 2 é o segundo nível em uma escala de cinco e significa que há risco de ocorrências de alto impacto. Há possibilidade de nova mudança de estágio devido à chuva e a outros fatores.

De acordo com o Sistema Alerta Rio, nesta quarta-feira (5) um

sistema de alta pressão influenciará o tempo na cidade. Os ventos estarão moderados (entre 18,5 km/h e 51,9 km/h) com rajadas fortes de forma pontual (entre 52 km/h e 76 km/h), principalmente na parte da manhã e à tarde. Haverá predomínio de céu parcialmente nublado e não há previsão de chuva.

Hoje a atuação de áreas de instabilidade influenciará o tempo. Os ventos estarão moderados (entre 18,5 km/h e 51,9km/h). O céu estará parcialmente nublado e há previsão de chuva fraca isolada à tarde e à noite.

Para amanhã, o Sistema Alerta Rio prevê áreas de instabilidade associadas à aproximação de uma frente fria. As rajadas de vento poderão atingir intensidade forte (entre 52 km/h e 76 km/h) a partir da manhã, com diminuição no período da noite. Há previsão de céu parcialmente nublado a

nublado com chuva fraca isolada nos períodos da tarde e da noite.

RECOMENDAÇÕES

- Mantenha-se atento e acompanhe a previsão do tempo do Alerta Rio e suas atualizações;
- Todos os cidadãos devem se

cadastrar no serviço de alerta da Defesa Civil por meio de SMS. Basta enviar o CEP de casa para o nº 40199, por mensagem de texto. É gratuito.

– Se necessário, use os telefones de emergência 193 (Corpo de Bombeiros) e 199 (Defesa Civil).

BRASKEM S.A.
CNPJ: 42.150.391/0047-53
AUDITORIA AMBIENTAL

A BRASKEM S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 13/07/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025 para fabricação de polipropileno, através de polimerização de propeno e eteno, com capacidade de 300.000/ano e eteno e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Marumbi, 1001 - Campos Eliseos no Município de Duque de Caxias, no período de 10/08/2026 a 14/08/2026 no horário das 8h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/200639/2000).

Pet Delicia Holding S.A.
CNPJ nº 25.267.563/0001-71 – NIRE 3330032066-1
Aviso de Retificação e Revogação de
Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Pet Delícia Holding S.A. (“Companhia”), em atenção ao Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária publicado nas edições de 24, 27 e 31/07/2026 do Diário do Acionista, por meio do qual foram convocados os senhores acionistas para reunião a ser realizada no dia 06/08/2026, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10/06/2020 (“Convocação Original”), vem, pelo presente aviso, comunicar aos seus acionistas o quanto segue: 1. Revogação. Fica integralmente revogada, para todos os fins e efeitos, a Convocação Original acima referida, tornando sem efeito a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária anteriormente marcada para o dia 06/08/2026, às 10:00 horas. 2. Motivação. A presente retificação decorre da necessidade de assegurar aos acionistas titulares de ações ordinárias prazo adequado ao esclarecimento das matérias constantes da ordem do dia, de modo a viabilizar o exercício de voto plenamente informado por todos os acionistas, em linha com os deveres de diligência e de informação da administração previstos nos artigos 153 e 157 da Lei nº 6.404/76. 3. Nova Convocação. Em substituição à Convocação Original, será publicado novo Edital de Convocação para realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 13/08/2026, às 10:00 horas, mantida integralmente a ordem do dia constante da Convocação Original, nos termos do edital publicado em conjunto com o presente aviso. 4. Boletins e cadastros já enviados. Eventuais boletins de voto a distância e cadastros de participação já enviados pelos acionistas em relação à Convocação Original ficam sem efeito. Os acionistas interessados em participar e/ou votar na Assembleia deverão renovar sua manifestação de voto e/ou seu cadastro de participação, nos termos, forma e prazos previstos no novo Edital de Convocação. Rio de Janeiro, 31/07/2026. **Andreas Morganstern Kugler**, Presidente do Conselho (04, 05 e 06/08/2026)

BRASKEM S.A.
CNPJ: 42.150.391/0047-53
AUDITORIA AMBIENTAL

A BRASKEM S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 13/07/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano de 2025 referente as atividades de fabricação de polietileno e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Marumbi, 1001 - Campos Eliseos no Município de Duque de Caxias, no período de 10/08/2026 a 14/08/2026 no horário das 8h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/202665/2005).

Península Barra Ltda.
CNPJ/MF nº 66.255.438/0001-29 – NIRE 33.214.771.048
Instrumento Particular de 2ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, **Orpea Brasil Empreendimentos e Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 26.329.502/0001-54, representada na forma do seu contrato social por **Yang Yen Wang**, RG nº 16.594.059-1 SSP/SP e CPF/MF nº 179.984.448-00, e **Wu Yong Le**, RG nº 0125258012 Detran/RJ e CPF/MF nº 051.844.737-50, na qualidade de única sócia desta sociedade (“**Sociedade**”), Resolve alterar o contrato social da Sociedade, nos seguintes termos, com dispensa da realização da reunião de sócia na forma do Artigo 1.072, § 3º, da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada (“**Código Civil**”): **1. Avaliadora: 1.1.** A sócia ratifica a nomeação e contratação da RSM Brasil Auditores Independentes Ltda., CNPJ/MF nº 16.549.480/0001-84 e CRC-SP nº 2SP030.002/O-7 (“**Avaliadora**”) para atuar como empresa especializada e realizar a avaliação a valor contábil do acervo líquido da **Orpexploit Brasil Residenciais e Clínicas para Idosos Ltda.**, CNPJ/MF nº 37.363.698/0001-10 (“**Orpexploit**”) a ser cindido e incorporado pela Sociedade (“**Acervo Cindido**”). **2. Laudo de Avaliação: 2.1.** Tendo em vista sua indicação, a Avaliadora antecipou os estudos e a elaboração do laudo de avaliação do Acervo Cindido com base no balanço patrimonial de 31/12/2025 (“**Laudo de Avaliação**”). **2.2.** O valor contábil do Acervo Cindido, composto pelos elementos patrimoniais descritos no Laudo de Avaliação, é avaliado em R\$ 5.363.488,62. **2.3.** Aprovado o Laudo de Avaliação que é anexo ao Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Orpexploit Brasil Residenciais e Clínicas para Idosos Ltda. e Incorporação do Acervo Cindido pela Península Barra Ltda. celebrado nesta data entre os administradores da Sociedade e da Orpexploit (“**Protocolo**”). **3. Protocolo: 3.1.** A sócia ratifica a celebração do Protocolo, o qual integra o presente instrumento como **Anexo I. 4. Incorporação do Acervo Cindido: 4.1.** A sócia aprova a incorporação, pela Sociedade, do Acervo Cindido nos termos e condições estabelecidos no Protocolo (“**Incorporação**”), que produzirá efeitos a partir da presente data. **4.2.** A Sociedade sucederá a Orpexploit apenas nos direitos e obrigações a ela transferidos como parte do Acervo Cindido, sem solidariedade com a Orpexploit, nos termos descritos no Protocolo. **4.3.** As variações patrimoniais relativas ao Acervo Cindido ocorridas entre a data-base do Laudo de Avaliação e a presente data serão absorvidas em conformidade com o disposto no Protocolo. **5. Aumento do Capital Social: 5.1.** A sócia aprova o aumento de capital social da Sociedade no valor de R\$ 5.363.488,00, correspondente ao Acervo Cindido da Orpexploit, mediante a emissão de 5.363.488 novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. **5.2.** O capital social da Sociedade passará de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, para R\$ 5.364.488,00, dividido em 5.364.488 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada. **5.3.** A sócia aprova a alteração da Cláusula 4.1 do Contrato Social da Sociedade, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: “**Cláusula 4.1.** O capital social da Sociedade é de R\$ 5.364.488,00, dividido em 5.364.488 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e bens, todas de titularidade da sócia *Orpea Brasil Empreendimentos e Participações Ltda.*.” **6. Ratificação e Consolidação do Contrato Social:** Todas as disposições do Contrato Social da Sociedade que não foram expressamente alteradas, permanecem inalteradas e em pleno vigor e efeito. A única sócia decide consolidar o Contrato Social da Sociedade. Rio de Janeiro, 01/06/2026. **Sócia: Orpea Brasil Empreendimentos e Participações Ltda.**, Yang Yen Wang – Diretor; Wu Yong Le – Diretor. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certificado o arquivamento em 23/07/2026 sob o nº 00007921288 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2026/00688129-4 de 25/06/2026. André Rodrigues Marques de Souza Silva – Secretário Geral.

Pet Delicia Holding S.A.
CNPJ nº 25.267.563/0001-71 – NIRE 3330032066-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas titulares de ações da **Pet Delícia Holding S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.267.563/0001-71, com sede localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Idalina Senra, 32, sala A, São Cristóvão, CEP 20.941-090 (“**Companhia**”), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“**Assembleia**”) a realizar-se no dia 17 de agosto de 2026, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma de videoconferência “Google Meet”, cujo link de acesso a ser disponibilizado oportunamente aos acionistas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia: Em assembleia geral ordinária:** 1. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, do Balanço Patrimonial e do Relatório da Diretoria referentes ao exercício social encerrado 31.12.2025; 2. a deliberação sobre a destinação dos resultados da Companhia do exercício social encerrado e 31.12.2025; e 3. a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em assembleia geral extraordinária:** 1. a aprovação do aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), mediante a emissão de 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em decorrência do exercício das 3.200.000 (três milhões e duzentos mil) opções outorgadas no âmbito do Plano Geral para a Outorga de Opções de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 24 de abril de 2020, conforme aditado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de setembro de 2024 (“**Plano**”), sendo: (i) 213.000 (duzentas e treze mil) ações a serem subscritas pelos beneficiários signatários dos Acordos de Direito de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrados em 15 de maio de 2019 e 1º de agosto de 2019, posteriormente ratificadas e englobadas pelo Plano; (ii) 1.887.000 (um milhão, oitocentas e oitenta e sete mil) ações a serem subscritas pelos beneficiários signatários dos Acordos de Direito de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrados em 20 de abril de 2020; e (iii) 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações a serem subscritas pelos beneficiários signatários dos Acordos de Direito de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrados em 31 de março de 2021; 2. a extinção do Plano e dos contratos de outorga dele decorrentes; 3. a ratificação do Memorando de Entendimentos, celebrado em 9 de junho de 2026 (“**MoU**”) pela administração da Companhia, cuja cópia encontra-se à disposição dos acionistas para consulta, conforme arquivada na sede da Companhia; 4. a realização da operação de venda de até a totalidade das quotas detidas pela Companhia e por Anirudha Deb representativas do capital social da Pet Bistrô Alimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.449.565/0001-30 (“**Pet Bistrô**”), sociedade controlada pela Companhia, conforme o MoU (“**Operação**”); 5. a aprovação da destinação dos recursos que venham a ser recebidos pela Companhia em decorrência da Operação, na forma do disposto no MoU; 6. a aprovação dos termos e condições a serem oferecidos aos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia em decorrência da Operação, em duas modalidades distintas, conforme previstas no MoU; 7. a aprovação da alteração da denominação social da Companhia; e 8. a autorização para a prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas na presente assembleia e à formalização da Operação. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, de acordo com as Instruções Normativas DREI nº 79/2020 e nº 81/2020, adotando o padrão de boletim de voto previsto na Instrução CVM nº 481/09. O acionista que desejar exercer seu direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância deverá acessar o link individual encaminhado por e-mail pela plataforma Cuore, por meio do qual poderá registrar seus votos e anexar os documentos de identificação necessários. O procedimento de votação deverá ser concluído até as 17:00 horas do dia 17 de agosto de 2026, conforme as orientações constantes do boletim de voto a distância. Encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia. Para efeitos deste edital, salvo se de outro modo aqui expresso, as palavras e expressões grafadas em letra maiúscula deverão ter os significados que lhes são atribuídos no MoU. Os acionistas interessados em participar da Assembleia deverão se cadastrar, exclusivamente, por email endereçado a juridico@petdelicia.com.br, até 14 de agosto de 2026, onde, após análise dos documentos anexados, será confirmado o cadastramento. No momento do cadastramento serão solicitados: (a) identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que participará da Assembleia, seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; (b) comprovante de titularidade de ações da Companhia; (c) para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (artigo 126 da Lei nº 6.404/76); (d) se pessoa física, documento de identidade; (e) se pessoa jurídica, estatuto social ou contrato social, com indicação de eleição dos administradores; (f) no caso de fundos de investimentos: (f.i) último regulamento consolidado do fundo, (f.ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (f.iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto. Os acionistas que não realizarem o cadastro pelo email informado e no prazo previstos acima não estarão aptos a participar e/ou votar na Assembleia. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia enviará o link e instruções de acesso à plataforma digital “Google Meet”. Caso não receba o link e instruções de acesso em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista interessado deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do e-mail juridico@petdelicia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma digital “Google Meet” estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença dos acionistas via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 15 (quinze) minutos do início da Assembleia, não será possível o ingresso de quaisquer pessoas na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com 30 (trinta) minutos de antecedência. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2026. **Andreas Morganstern Kugler**, Presidente do Conselho de Administração. (05, 07 e 12/08/2026)

SÃO PAULO

TRE rejeita recurso e mantém inelegibilidade de Marçal por 8 anos

GUILHERME MATOS/AE

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) confirmou, por 7 votos a 0, a condenação de Pablo Marçal (União Brasil) por uso indevido dos meios de comunicação social durante a campanha de 2024 para prefeitura da capital paulista. A decisão foi tomada ontem, em sessão do plenário virtual e mantém a inelegibilidade de oito anos do coach e influencer.

O relator, juiz Claudio Langroiva Pereira, votou pela rejeição dos embargos de declaração apresentados pela defesa de Marçal. O magistrado foi acompanhado pelos juízes Regis de Castilho, Domitila Mansur, Mairan Maia Júnior, Danyelle Galvão, Encinas Manfré e Roberto Maia.

Ainda cabe recurso na decisão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A defesa de Marçal afirma que irá recorrer.

Os embargos de declaração foram apresentados pela defesa de Marçal contra o acórdão de dezembro de 2025. A sentença julgou três acusações diferentes contra Marçal, reunidas em ações de movidas pelo PSB e pelo Ministério Público Eleitoral.

A corte afastou duas delas: abuso de poder econômico e captação e gastos ilícitos de recursos de campanha. Nesses pontos, prevaleceu o entendimento de que não havia prova inequívoca de pagamento efetivo de prêmios em dinheiro pelo candidato ou por terceiros.

A condenação que restou - e que os embargos de declaração tentavam reverter - foi por uso indevido dos meios de comunicação social.

TEMPORAL

SP instala gabinete de crise com previsão de ventos de até 100

LEONARDO SIQUEIRA/AE

O Governo de São Paulo deve instalar o Gabinete de Crise a partir de hoje, por conta de uma frente fria vinda do Sul do País, informou a Defesa Civil. São esperados ventos de até 100 km/h amanhã e sábado, devido à chegada de um ciclone-bomba, disse o Centro de Gerenciamento de Emergências da Prefeitura de São Paulo (CGE).

Segundo a Defesa Civil, as rajadas de vento devem iniciar por volta das 14h desta quinta-feira, com previsão de alerta lanranja e ventos de até 60 km/h.

DIA DOS PAIS

Bolsonaro pede a Moraes autorização para receber filhos

Os advogados de Jair Bolsonaro (PL) pediram ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a autorização da visita dos filhos ao ex-presidente no Dia dos Pais.

A defesa alega o "caráter absolutamente excepcional" da data comemorativa e pede a restituição das visitas de Carlos Bolsonaro (PL), Jair Renan Bolsonaro (PL) e Flávio Bolsonaro (PL) para "preservar os vínculos familiares e importante dimensão da convivência entre pai e filhos". Eduardo Bolsonaro não consta na lista, já que está autoexilado nos Es-

Segundo o relator, o coach se beneficiou de uma estratégia de disseminação massiva de vídeos por meio de um concurso promovido na comunidade "Cortes do Marçal", no Discord, entre 24 de junho e 7 de julho de 2024. Os participantes eram incentivados a publicar cortes de vídeos do então candidato com a hashtag #prefeitomarçal em troca de prêmios, prática que a legislação eleitoral veda.

A decisão de dezembro foi tomada por maioria, com voto de desempate do então presidente da corte, desembargador Silmar Fernandes. Ficaram vencidos o juiz Regis de Castilho, a juíza Domitila Manssur e o desembargador Mairan Maia Júnior, que davam provimento total ao recurso e absolviam o candidato também nesse ponto.

Em março deste ano, Marçal anunciou filiação ao União Brasil. Dirigentes do partido e ele próprio afirmaram ao Estadão que pretendem reverter as condenações do influenciador para viabilizar uma candidatura ao Senado Federal nas eleições deste ano.

Marçal responde a mais de uma ação na Justiça Eleitoral decorrente da campanha de 2024.

Mesmo inelegível, Marçal segue figurando nas pesquisas eleitorais. Levantamento Genial/Quaest divulgado no fim de julho mostra o influenciador em empate técnico com Simone Tebet (PSB) e Guilherme Derrite (PP) na disputa pela segunda vaga ao Senado por São Paulo — atrás da ex-ministra Marina Silva (Rede), que lidera a corrida.

Enquanto no domingo, a previsão é de alerta amarelo, com as rajadas se deslocando gradualmente para o Rio de Janeiro. A pasta alerta para o risco de queda de árvores, destelhamento, queda de energia, queda de placas e outdoors, desabamento de estruturas, dificuldades de tráfego, impactos em aeroportos e agitação no mar.

O órgão disparou um aviso para celulares por volta das 16h15 desta quarta, destacando as condições para fortes rajadas de vento entre quinta e sábado e recomendando que a população não se exponha ao risco.

tados Unidos.

Bolsonaro cumpre pena no próprio domicílio, em Brasília, e não pode receber visitas de caráter "político-eleitoral" por ordem do ministro do STF até o final das eleições de 2026.

Na sua última visita ao pai, Flávio divulgou uma carta do ex-presidente pedindo votos para sua candidatura. Na visão de Moraes, o ocorrido configurou um desvio de finalidade do direito de visita e um descumprimento da proibição do uso das redes sociais por Bolsonaro. Com isso, em 17 de julho, Flávio teve as visitas ao pai suspensas por três meses.

EDUCAÇÃO

PAULA FERREIRA
E RENATA CAFARDO/AE

Municípios do Ceará e de Alagoas lideram a lista das cidades do País com melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Os dados foram anunciados ontem, pelo Ministério da Educação (MEC).

O Ideb é divulgado a cada dois anos e leva em consideração a nota obtida pelos estudantes em avaliações de Português e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pelo fluxo escolar, ou seja, as informações de aprovação e reprovação. As notas do Ideb variam de 0 a 10.

Oito municípios atingiram a nota máxima do Ideb para os anos iniciais do fundamental.

MEIO AMBIENTE

Fundo de florestas tropicais deve receber aportes de 2 países europeus

EDUARDO LAGUNA/AE

O embaixador Mauricio Lyrio (**foto**), secretário de clima, energia e meio ambiente do ministério das Relações Exteriores, disse ontem, que dois países europeus devem realizar aportes no fundo de florestas tropicais (TFFF, na sigla em inglês), criado para recompensar países que preservam florestas tropicais.

"Não posso adiantar, mas provavelmente teremos nos próximos meses bons anúncios de dois países europeus", disse o embaixador ao falar sobre novos aportes em encontro promovido pela Amcham Brasil por ocasião da São Paulo Climate Week. Ele participou do evento remotamente.

Ao tratar das prioridades brasileiras na conferência sobre mudanças climáticas deste ano, a COP31, que será realizada em novembro na Turquia, Lyrio afirmou que o governo espera

Desses, cinco estão no Ceará (Catunda, Coreaú, Cruz, Pedra Branca e Pires Ferreira) e três em Alagoas (Santana do Mundaú e União dos Palmares). Os outros dois que completam o top 10 do 5º ano do fundamental são Deputado Irapuan Pinheiro e Ipaporanga, com nota 9,9, e ambos cearenses.

O Estado do Ceará é conhecido pelos resultados promissores na educação, sobretudo nas etapas iniciais, mais próximas da alfabetização. O caso mais famoso do estado foi a cidade de Sobral, que se tornou referência a transformar a rede pública de ensino a partir da alfabetização na idade certa. Na edição de 2025, a cidade alcançou Ideb 9,6 nos anos iniciais e 8 nos anos finais.

Apesar das dificuldades, o País apresentou progresso importante nos anos iniciais do fundamental. No primeiro ano

do Ideb, em 2005, o Brasil tinha 4.110 municípios com nota até 4,9 no indicador. Agora, vinte anos depois, o País tem 442 cidades nessa condição.

Diante desse cenário, o MEC anunciou que vai oferecer acompanhamento específico para esses municípios para que consigam melhorar a educação e avançar no indicador.

A lista dos dez municípios com melhor desempenho no 9º ano do fundamental é liderada pela cidade de Deputado Irapuan Pinheiro (CE), que obteve Ideb 9,3. Depois, aparece Ipaporanga (CE) e Santana do Mundaú (AL), ambos com 9,2. O top 10 segue com: Coreaú (CE) e Pires Ferreira (CE) com 9,1; Pedra Branca (CE) com 8,9; Nova Russas (CE), Coruripe (AL) e São José da Laje (AL) com 8,8; e Brankuinha (AL) com 8,6.

O MEC também divulgou os melhores municípios de cada

estado do País e aqueles que mais evoluíram em relação ao Ideb anterior. Nos anos iniciais, a maior evolução foi registrada na cidade Novo Oriente de Minas, em Minas Gerais. O município saltou de 4,7 para 9,3 entre 2023 e 2025, um aumento de 4,6 pontos.

Nos anos finais do ensino fundamental, a maior evolução foi registrada em Cristino Castro, no Piauí. O município saiu de 3 para 6,6, no mesmo período, um crescimento de 3,6 pontos.

O Ideb divulgado ontem mostrou avanços na educação brasileira, que melhorou em todas as etapas de ensino. Por outro lado, também evidenciou que o País ainda tem gargalos a enfrentar. O Brasil não conseguiu bater a meta estabelecida para 2021 nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

(500 milhões de euros).

Segundo Lyrio, ainda que a maior responsabilidade de financiamento recaia normalmente sobre as grandes economias industrializadas, que são as maiores emissoras, a intenção é atrair também ao fundo a contribuição de países em desenvolvimento.

Em relação às prioridades do governo na COP deste ano, o Brasil, frisou o embaixador, também vai defender a posição dos biocombustíveis como alternativa crucial para a transição energética. Nesse tema, disse Lyrio, o compromisso, assumido pelos países em Belém, de quadruplicar o uso global de combustíveis sustentáveis, incluindo os biocombustíveis, é uma "prioridade absoluta". amento das bets no País. O argumento da PGR é que as normas são insuficientes para garantir a proteção de direitos.



WIKIPÉDIA

por novos avanços do fundo, que, pontuou, pode ser uma referência a outras iniciativas de casamento entre capital público e privado, o chamado blended finance, no financiamento da sustentabilidade.

"Não é uma doação. Na verdade, é investimento efetivo em uma causa extraordinária, que é a redução do desmatamento no

mun

do", pontuou o embaixador. O Brasil abriu o TFFF com um aporte inicial de US\$ 1 bilhão. Durante a COP30, realizada em novembro em Belém, no Pará, outros US\$ 5,7 bilhões foram prometidos em aportes da Noruega (US\$ 3 bilhões ao longo de dez anos), Indonésia (US\$ 1 bilhão), Alemanha (1 bilhão de euros em uma década) e França

STF

Em julgamento sobre jogos de azar, Fux diz que bets tem 'efeitos gravíssimos'

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que as apostas online (bets) causam "efeitos gravíssimos". A fala foi feita ontem, no julgamento que discute a constitucionalidade da lei que proíbe a exploração de jogos de azar, como jogo do bicho e caça-níqueis.

"Todos na tribuna mencionaram a evolução dos jogos de azar até alcançar as denominadas bets, que também tem efeitos gravíssimos, efeitos gravíssimos", ressaltou.

Fux também é relator de ação movida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra as leis que autorizam e regulamentam o funcionamento das bets no País. O argumento da PGR é que as normas são insuficientes para garantir a proteção de direitos. A ação ainda não tem data para ser julgada, mas a expectativa na Corte é que seja pautada para este ano.

No julgamento de ontem, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu a manutenção da criminalização dos jogos de azar "A possibilidade do jogo leva ao risco de desenvolvi-

mento de patologias de ordem psiquiátrica e cada vez mais isso tem sido apontado pela literatura específica", afirmou o PGR.

Gonet ainda destacou que a "jogatina" causa riscos "não só sobre o apostador, mas sobre sua família, vizinhos e companheiros".

A Corte julga a validade do

trecho da Lei das Contravenções Penais que proíbe a exploração de jogos de azar no País. A discussão é se a lei de 1941 se choca com princípios da Constituição de 1988, como o princípio da livre iniciativa. O julgamento foi suspenso e será retomado hoje, com a conclusão do voto de Fux.

A ação foi movida em 2016 pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul contra uma decisão da Justiça gaúcha que afastou a aplicação da norma. O relator, Luiz Fux, leu o relatório do processo e agora advogados das partes e entidades interessadas fazem sustentações orais.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

ELEIÇÕES

Lula: Brasil está preparado para conter interferências

GABRIEL DE SOUSA
E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem, em entrevista aos podcasts Meteoro Brasil e Os 3 Elementos, que o Brasil está "preparado" para enfrentar tentativas de interferência estrangeira na eleição presidencial. A fala do presidente ocorre um dia após o governo declarar institucionalmente que os Estados Unidos estão tentando fazer ingerências no processo eleitoral. "O Brasil não só está preparado como vai enfrentar qualquer pessoa, de fora, que queira in-

terferir no nosso processo eleitoral", disse Lula. Os EUA indicaram para chefiar a diplomacia no Brasil Daniel Perez, e dizem que o Planalto cria obstáculos para conceder a autorização para que ele exerça a função no Brasil. Lula justificou a demora afirmando que não deseja receber novos embaixadores em Brasília até o término das eleições. Sobre a revogação de visto dos funcionários do Departamento de Estado Riley Barnes e Samuel Samson, Lula disse que soube da notícia de que eles estavam querendo se "intrometer" no processo eleitoral e elogiou a

medida do Itamaraty. "Fiquei sabendo da notícia que vinham dois jovens para cá, para se intrometer, fiscalizar e investigar as urnas brasileiras. O Itamaraty, corretamente, negou o visto para eles", declarou. O presidente também lembrou o contato que teve com Trump, afirmando que os contatos foram amistosos, mas que o presidente americano não liberou o visto de autoridades brasileiras sancionadas. Sobre a possibilidade de interferência americana nas eleições, Lula disse que seria bom se o secretário de Estado, Marco Rubio, fizesse comício para o se-

nador e candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL). "Se o Secretário de Estado quiser vir aqui fazer comício para o meu adversário, pode ser até bom. Eu quero, de uma vez só, derrotar todos eles juntos", disse Lula. Lula também ironizou o sistema eleitoral americano e disse que o Brasil poderia levar conhecimento na área para os Estados Unidos "Ao invés de questionar nossa urna, eles deveriam pedir para a gente levar as urnas para eles fazerem uma eleição eletrônica para saberem que estamos no auge da modernidade eleitoral", declarou.

Atitude irresponsável, diz Lula após revogação de visto de embaixadora

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou como atitude irresponsável e impensada a revogação do visto da embaixadora brasileira nos Estados Unidos (EUA), Maria Luiza Ribeiro Viotti, anunciada na terça-feira passada pelo governo de Donald Trump.

O país norte-americano justificou a medida pela demora do Brasil na resposta à concessão de aprovação diplomática do indicado do governo de Donald Trump a assumir a embaixada dos EUA no Brasil. O governo brasileiro rebateu as alegações, afirmando serem falsas. "Ele (Trump) então tomou a atitude de caçar o visto da nossa

embaixadora. Se ela sair (dos Estados Unidos) e vier pra cá, vai ter que tirar o visto outra vez. Uma atitude irresponsável, impensada, para um país que tem 203 anos de diplomacia, de relação diplomática. Desnecessário", disse Lula. A declaração foi feita durante entrevista conjunta ao Meteoro Brasil e ao podcast Os Três Ele-

mentos ontem. "Os Estados Unidos não dão importância pra embaixador no Brasil. Faz um ano e meio que ele (Trump) está no poder e não mandou pra cá. Ai, tentou mandar e acha que a gente tem a obrigação de fazer a data que eles querem. Não é correto, não é possível. Queremos ser tratados com respeito", completou.

ALIADOS

Escolha de vice pega integrantes da campanha de Flávio de surpresa

BIANCA GOMES
E HUGO HENUD/AE

A escolha do deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL) (foto) como candidato a vice-presidente na chapa de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) desagradou integrantes da própria campanha do senador, que dizem, reservadamente, terem sido pegos de surpresa com a decisão. Aliados criticam sobretudo o fato de Flávio ter defendido publicamente a escolha de uma mulher para o posto e agora opado por um homem que foi acusado de estupro de vulnerável, o que já está sendo explorado pelos adversários do senador. O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) e a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) apresentaram uma notícia-crime contra o alagoano, o acusando de ter estuprado, oito anos atrás, uma adolescente de 13 anos, que teria engravidado. Alfredo, no entanto, nega. A notícia-crime é usado para levar uma denúncia ao Ministério Público ou à Polícia Federal (PF). A partir desse registro, as autoridades decidem se há elementos

para abrir formalmente um inquérito. O caso tramita sob sigilo. O Estadão apurou que a PF pediu autorização ao Supremo Tribunal Federal (STF) para abrir um inquérito e investigar a denúncia. Relator do procedimento, o ministro Gilmar Mendes solicitou uma manifestação da Procuradoria-Geral da República antes de decidir sobre o pedido. Desde então, não houve novo andamento no processo. Além do inquérito, o deputado também é alvo de investigação no Tribunal de Contas da União (TCU) por irregularidades no envio e execução de uma emenda Pix de cerca de R\$ 6,3 milhões indicada por ele ao município de São José da Laje, em Alagoas. Técnicos do tribunal identificaram que a prefeitura transferiu



recursos da conta específica da emenda para outras contas municipais, o que prejudicou a rastreabilidade do dinheiro, além de não ter apresentado o relatório de gestão exigido. Quando a investigação foi aberta, ele negou irregularidades. Entre aliados de Flávio Bolsonaro, incluindo integrantes da campanha, prevalece a avaliação de que os dois casos devem ser amplamente explorados pelos adversários de Flávio na disputa presidencial. Um interlocutor próximo afirmou do senador que a escolha é "questionável", principalmente considerando a expectativa de ter uma vice mulher. Outro, também sob reserva, disse que o nome de Gaspar é "pésimo" e que, além das acusações, não agrega votos a Flávio. Um

outro integrante da campanha disse não ter compreendido a decisão. Os que defendem a escolha justificam que Gaspar é um nome ligado à pauta da segurança pública - ele foi secretário de Segurança Pública de Alagoas - e com atuação combativa na CPMI do INSS, onde, na condição de relator, pediu a prisão preventiva do empresário Fabio Luís da Silva, o Lulinha, filho mais velho do presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT). Nos bastidores, integrantes da campanha afirmam que a escolha de Alfredo Gaspar pegou parte do grupo de surpresa. A expectativa era pela indicação de uma mulher e, diante das sucessivas dificuldades para atrair nomes de outras legendas, integrantes da campanha passaram a considerar opções do próprio PL, como as deputadas Júlia Zannatta e Bia Kicis. A avaliação era que uma composição feminina ajudaria a reduzir a resistência à candidatura de Flávio Bolsonaro entre as eleitoras, especialmente após a crise envolvendo a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

SABATINA

Renan Santos: Se STF tomar decisão ilegal, ela não será cumprida

GEOVANI BUCCI/AE

O candidato do Missão à Presidência da República, Renan Santos, afirmou ontem, durante sabatina da Globo-News, que não cumprirá decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerar ilegais caso seja eleito. "Se o Supremo Tribunal Federal toma uma decisão ilegal, decisão ilegal não se cumpre. Ponto", declarou. Questionado se caberia a ele definir quando uma determinação da Corte seria ilegal, Renan respondeu: "Não sou eu, é a própria Constituição". O candidato contestou a definição do STF como guardião da Constituição ao afirmar que a Corte tem ultrapassado suas atribuições. Renan criticou especialmente decisões monocráticas que suspendem medidas aprovadas pelo Congresso ou adotadas pelo Executivo após o cumprimento dos procedimentos previstos na legislação. Como exemplo, citou a possibilidade de um ministro suspender individualmente uma medida de segurança pública adotada pelo governo e analisada pelo Congresso. "Eu não vou cumprir imediatamente uma decisão que é ilegal. Não vou cumprir", afirmou.

Renan citou como precedente o episódio de 2016 em que a Mesa do Senado decidiu aguardar uma manifestação do plenário do STF antes de cumprir a liminar do ministro Marco Aurélio Mello que afastava Renan Calheiros da presidência da Casa. Posteriormente, por seis votos a três, o Supremo não confirmou o afastamento, embora tenha impedido o senador de integrar a linha sucessória da Presidência da República. A decisão foi divulgada pelo STF. "Tenho que cumprir meu papel de presidente. Não vou ser destruído para ser um boneco lá. Serei um presidente, não um boneco", concluiu. Meu vice se arrependeu de ter ido para a porta dos quartéis em 2022.

Renan Santos afirmou durante a sabatina, que seu candidato a vice, o tenente-coronel da reserva da Brigada Militar do Rio Grande do Sul Aroldo Medina, se arrependeu de ter participado das manifestações em frente a quartéis após as eleições de 2022.

Segundo Renan, Medina era bolsonarista e chegou a acreditar que o ex-presidente Jair Bolsonaro havia sido vítima de uma armação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O candidato disse que o vice atualmente considera os ataques de 8 de Janeiro uma tentativa de golpe de Estado.

Ao ser questionado se a conduta seria compatível com uma postura democrática, uma vez que decisões judiciais devem ser cumpridas e contestadas por meio de recursos, Renan respondeu que o próprio STF agiria de forma antidemocrática ao invadir competências de outros Poderes.

"Ele se arrependeu de ter ido aos quartéis. Ele foi antes do atentado do dia 8. Era uma pessoa bolsonarista, entendeu que estava errado e fez o mea-culpa", declarou. Renan afirmou que o 8 de Janeiro marcou a mudança de posição de Medina. "Ele já condenou. Tem vídeo dele condenando o 8 de Janeiro", disse. De acordo com o candidato, o vice também deixou de acreditar em teorias de que as urnas eletrônicas teriam sido fraudadas ou de que teria ocorrido interferência chinesa nas eleições.

"Quando você está invadindo as prerrogativas essenciais de determinado Poder, aquele Poder pode se insurgir, não de maneira golpista, mas não acatando uma decisão que é ilegal", declarou. Ele disse que buscaria dialogar com a Corte, mas não obedeceria imediatamente à determinação contestada.

DISPUTA PRESIDENCIAL

PRD e Solidariedade decidem pela neutralidade na eleição

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

A federação Renovação Solidária, formada pelos partidos Solidariedade e Partido da Renovação Democrática (PRD), realizou convenção nacional ontem e decidiu liberar os diretórios estaduais para formarem as alianças que preferirem. Assim, a federação decidiu não apoiar nenhum candidato à presidência da República. "A Renovação Solidária reafirma o respeito à autonomia de seus dirigentes, parlamentares, mandatários e candidatos, assegurando a liberdade de manifestação e cons-

trução política no âmbito dos diferentes campos que hoje compõem o debate eleitoral brasileiro", afirmou a federação, em nota. Segundo os dois partidos, a decisão também se baseia no cenário político atual, que entendem ser "de intensa polarização política" e, portanto, a independência seria uma contribuição maior ao país. Esta quarta-feira é o último dia para os partidos realizarem suas convenções e escolherem os candidatos e candidatas que disputarão cargos eletivos nas eleições deste ano, bem como para decidir sobre a formação de coligações.

Nota

LULA: AMÉRICA LATINA NUNCA FOI DE ESQUERDA, SEMPRE FOI MUITO DE DIREITA

O presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou ontem, que a América Latina sempre foi governada pela direita, exceto pelo período em que políticos de esquerda chegaram ao poder, na chamada "onda rosa" do início do século 21. Segundo Lula, a região agora vive um "revertério" com a vitória de expoentes da extrema direita. "A América Latina nunca foi de esquerda, sempre foi muito de direita. O melhor momento progressista que a gente viveu na América Latina foi de 2000 a 2012, quando a gente tinha presidentes com a visão democrática e civilizatória avançada. Agora, deu um reverterio e a extrema direita começou a ganhar em alguns países", declarou o presidente, em entrevista aos podcasts Meteoro Brasil e Os 3 Elementos. Lula disse que, em um eventual quarto mandato, pretende construir uma aliança entre países sul-americanos.

AVANTE

Augusto Cury anuncia ex-deputado como vice na chapa presidencial

GUILHERME MATOS/AE

O candidato à Presidência Augusto Cury (Avante) anunciou ontem, o ex-deputado federal Júlio Delgado (Avante) como vice na chapa. O anúncio foi feito em carta à nação divulgada pelo escritor e psiquiatra que estreeja nas urnas nesta eleição. "Tenho a honra de anunciar Júlio Delgado como meu companheiro de chapa à disputa presidencial. Deputado federal por seis mandatos, um parla-

mentar exemplar e um mineiro muito querido, que construiu sua trajetória no alto clero do Congresso Nacional, sempre protagonista, com reputação ilibada, combativo na defesa da ética pública e contra a corrupção", disse Cury na carta. Cury afirmou que confiará a Delgado a condução das negociações de três reformas. O primeiro projeto é a mudança do regime presidencialista para o semipresidencialista. "Exceto os EUA, praticamente

nenhuma democracia se desenvolveu concentrando poderes em um presidente, como no Brasil", afirmou o candidato. Ele defende a escolha de um primeiro-ministro pela maioria dos parlamentares. Este cargo ficaria responsável pela administração pública, enquanto o presidente fica com a "condução estratégica da política interna e externa" e no comando das Forças Armadas. "Se o primeiro ministro for corrupto ou ineficiente, o congresso o destitui sem traumas

nacionais! Será a era de ouro da gestão pública!", defende Cury. A segunda reforma seria no Supremo Tribunal Federal (STF). O mandato passaria a ser de oito anos. Os ministros precisariam ter ao menos 50 anos e não poderiam estar filiados a partidos nos cinco anos anteriores à indicação. A Corte seria reduzida a nove integrantes: seis magistrados de carreira, dois membros do Ministério Público e um advogado. Um terço das vagas seria reservado a mulheres.

GUERRA

Irã ainda não decidiu se vai avançar em negociações com EUA

LAÍS ADRIANA/AE

O vice-ministro das Relações Exteriores do Irã, Kazem Gharibabadi, afirmou que o país ainda não decidiu se avançará para o segundo estágio de negociações com os Estados Unidos, considerando a base de "desconfiança" após recorrentes quebras de compromissos diplomáticos pelos americanos. Em entrevista à agência IRNA, Gharibabadi ressaltou que um acordo com Omã sobre o gerenciamento do Estreito de Ormuz não quer dizer que a rota marítima será reaberta.

"Afirmações dos EUA de que estão negociando conosco não são verdadeiras, não há negociações recentes. Mas, é claro, recebemos mensagens dos americanos", disse ele.

Questionado sobre o conteúdo das mensagens, Gharibabadi afirmou que os americanos estão prontos para retomar os compromissos do Memorando de Entendimento (MoU) de Islamabad, contudo, Teerã hesita em prosseguir diante da complexidade da situação geopolítica.

"Atualmente, diplomacia e ofensiva militar trabalham juntas", acrescentou. "O retorno dos EUA para o memorando é uma condição necessária para encerrar a guerra, mas não é suficiente depois de tantas quebras de promessas. É preciso novo comprometimento, declaração ou comentário que nos reassegure sobre o acordo. Continuamos firmes contra qualquer agressão americana."

O vice-ministro confirmou que o Paquistão convidou o representante do Parlamento do Irã e o ministro das Relações Exteriores para uma viagem diplomática, mas os preparativos ainda estão em andamento. As negociações com Omã para o gerenciamento de Ormuz também estão em progresso e devem ser "finalizadas e em breve", segundo ele.

TRAVESSIA

Irã e Omã avançam em acordo para reabrir o Estreito de Ormuz

O Irã e Omã avançaram para um acordo de reabertura do Estreito de Ormuz, conforme informaram funcionários regionais na terça-feira passada, em um possível acordo que poderia ajudar a acabar com a guerra no Oriente Médio.

Segundo o acordo inicial, os barcos entrariam no Golfo Pérsico por uma rota controlada pelo Irã e sairiam por uma rota controlada por Omã, com a cobrança de pedágio pela prestação de segurança e pela preservação do ambiente marítimo, disseram duas autoridades regionais à Associated Press.

Eles enfatizaram que as negociações continuam em andamento e que o acordo final poderia assumir uma forma diferente. Acrescentaram que qualquer pacto estaria condicionado ao levantamento do bloqueio americano aos portos iranianos. As autoridades falaram sob condição de anonimato para abordar as delicadas negociações realizadas a portas fechadas.

Qualquer acordo que formalizasse o controle do Irã sobre o estreito representaria uma vitória estratégica importante para Teerã. Por essa razão, os Estados Unidos poderiam frustrá-lo ao se recusarem a levantar o bloqueio.

No entanto, o presidente

Gharibabadi explicou que o entendimento com os omânes visa reabrir algumas rotas da via marítima temporariamente, embora o processo de abertura tenha outros requisitos que dependem dos EUA. "Temos que ver progresso na liberação de ativos iranianos, retirada de sanções e cessão dos conflitos no Líbano, como determinado pelo MoU", disse ele à IRNA.

O vice-ministro rejeitou ainda quaisquer tentativas de "interferência externa" na administração do Estreito, deixando o controle apenas entre Irã e Omã.

"Nossa demanda, que inclusive já estava prevista no MoU, era de que as rotas marítimas de Ormuz fossem alteradas, porque as antigas não refletem mais as condições necessárias para garantir a já prejudicada segurança nacional do Irã", afirmou. "Agora, decidimos as rotas de entrada e saída do tráfego marítimo de modo alinhado com as dimensões de Omã".

Segundo ele, o memorando de Islamabad previa que o Irã seria responsável por todas as questões envolvendo a reabertura de Ormuz, incluindo os arranjos para passagem de navios comerciais livre de cobrança por um período de apenas 60 dias. "O MoU não diz qual rota deve ser usada", pontuou, admitindo que o conflito com os EUA recomeçou após desentendimentos em relação a isso.

O cessar-fogo entre Washington e Teerã chegou precipitadamente ao fim no mês passado, após ataques da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC, em inglês) contra embarcações em Ormuz provocarem retaliações dos EUA.

Gharibabadi apontou que a nova rota do Estreito de Ormuz será válida temporariamente por dois a quatro meses, com possibilidade de extensão desse período.

TRAVESSIA

Irã e Omã avançam em acordo para reabrir o Estreito de Ormuz

dos Estados Unidos, Donald Trump, também enfrenta uma pressão crescente para encerrar uma guerra impopular que elevou os preços da gasolina antes das eleições de meio de mandato e reduziu os estoques americanos de algumas munições. Nos últimos dias, ele oscilou entre ameaçar ataques em massa e expressar apoio aos esforços diplomáticos.

Trump afirmou que um acordo com o Irã para reabrir o Estreito de Ormuz poderá ser fechado já nesta quarta-feira, 5. Apesar do otimismo, o republicano voltou a elevar o tom contra Teerã e disse que o país será "atingido com muita força" caso as negociações fracassem.

Por sua vez, o Ministério das Relações Exteriores iraniano negou que esteja negociando com Washington, enquanto Trump insiste que as conversas estão em andamento.

O Estreito de Ormuz, uma via marítima estratégica no centro das tensões no Oriente Médio, tem sido um ponto de conflito nas negociações e é o estopim das novas ofensivas de ambos os lados após o cessar-fogo de abril. Era uma via marítima internacional aberta antes de os Estados Unidos e Israel atacarem o Irã em 28 de fevereiro.

RECURSOS

BID amplia para US\$ 4 bi o fundo para segurança na AL

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A demanda dos países da América Latina e do Caribe por recursos para segurança pública surpreendeu o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), levando-o a ampliar de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 4 bilhões o volume de financiamento destinado a projetos de combate à violência e ao crime organizado entre 2026 e 2028.

O anúncio foi feito ontem, durante a abertura da Cúpula da Aliança para a Segurança, a Justiça e o Desenvolvimento, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília.

Segundo o presidente do BID, Ilan Goldfajn, quase 60% das metas previstas para três anos da iniciativa já foram alcançadas em apenas um ano. Ele atribuiu a ampliação dos recursos à forte demanda dos países da região, onde a segurança pública se tornou uma das principais preocupações dos governos.

ARGENTINA

Milei faz nova tentativa de ampliar venda de terras a estrangeiros

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O governo de Javier Milei tenta votar novamente no Senado, hoje, projeto de lei que altera os limites para estrangeiros comprarem terras na Argentina. Oposição e setores sociais acusam governo de "entreguismo" e convocaram protestos para o momento da votação.

O Senado argentino vinha resistindo a votar a proposta original da Casa Rosada de acabar com qualquer limite para compra de terras por estrangeiros, que atualmente é de 15% nos níveis nacional, provincial e municipal.

Devido à dificuldade em avançar com a matéria, o governo Milei apresentou, na terça-feira passada, uma proposta mais moderada, que amplia o limite para 25% por província do país.

Em meados de julho, o governo argentino tentou votar o tema no Senado, mas o projeto foi retirado de pauta por falta de apoio. A Casa Rosada defende o fim do limite previsto em lei de 2011 alegando que a restrição impediria os investimentos in-

ternacionais no país. Goldfajn destacou que, embora a América Latina concentre cerca de 8% da população mundial, ela responde por aproximadamente 33% dos homicídios registrados no planeta.

DESCAPITALIZAR

O ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, defendeu a ampliação da cooperação internacional e o compartilhamento de informações para combater organizações criminosas transnacionais.

Segundo Lima e Silva, o combate ao crime não pode se limitar às manifestações finais da violência, sendo necessário concentrar esforços também na desarticulação financeira das facções criminosas.

O ministro destacou que as estruturas criminosas se adaptaram à globalização, passaram a operar em rede e utilizam os sistemas financeiros internacionais para movimentar recursos com rapidez.

ARGENTINA

Milei faz nova tentativa de ampliar venda de terras a estrangeiros

ternacionais no país.

"(A legislação) implicava uma limitação irrazoável que, longe de constituir uma verdadeira proteção, levava a um condicionamento e desincentivo ao investimento internacional, principalmente no setor agrícola, um dos principais setores produtivos do país", diz comunicado do governo argentino enviado ao Senado, em março deste ano.

Milei já havia tentado derubar a restrição, por meio de decreto presidencial, assim que assumiu o poder, em dezembro de 2023. Porém, a mudança foi suspensa pelo Poder Judiciário, levando a Casa Rosada a buscar alterar a regra via Legislativo.

A organização não governamental (ONG) Observatório de Terras da Argentina, que reúne pesquisadores contrários à mudança, calcula que quase 5% das terras do país estão em mãos de estrangeiros, o que representa 13 milhões de hectares, área equivalente ao tamanho da Inglaterra.

Segundo o observatório, 36 departamentos superam o limi-

INTERPOL

A cúpula também marcou a entrada da Interpol na Força-Tarefa de Resposta Rápida Contra a Violência e o Crime Organizado, mecanismo criado para oferecer assistência técnica especializada e apoio a países que enfrentem crises ou ameaças emergenciais.

O secretário-geral da Interpol, Valdecy Urquiza, afirmou que segurança, justiça e desenvolvimento devem ser tratados de forma integrada e que a nova parceria permitirá ampliar a capacidade de resposta dos países da região por meio de missões técnicas, intercâmbio de conhecimento e fortalecimento operacional.

ACORDO COM BID

Durante o encontro, o BID e o governo brasileiro assinaram um memorando de entendimento para ampliar a cooperação no enfrentamento ao crime organizado. O acordo prevê até R\$ 5 bilhões em recursos para apoio técnico e financeiro ao

Programa Brasil contra o Crime Organizado.

Os investimentos serão direcionados à qualificação da investigação de homicídios, fortalecimento da segurança nos presídios, combate financeiro às organizações criminosas e enfrentamento ao tráfico de armas, munições e explosivos.

ALIANÇA

Criada para promover respostas coordenadas aos desafios de segurança da América Latina e do Caribe, a Aliança para a Segurança, a Justiça e o Desenvolvimento reúne 23 países-membros e 14 parceiros estratégicos.

A iniciativa busca impulsionar investimentos e apoiar políticas voltadas à prevenção da violência, fortalecimento institucional, modernização dos sistemas de justiça e combate aos mercados ilícitos.

Durante a cúpula, o Brasil assumiu a presidência temporária do grupo pelos próximos 12 meses.

ARGENTINA

Milei faz nova tentativa de ampliar venda de terras a estrangeiros

mentado. Como já apontamos, a Lei de Propriedade Estrangeira, promovida por Federico Sturzenegger [ministro da Desregulação e Transformação] em nome do governo nacional, é apresentada como um novo marco legal para o colonialismo", concluem os especialistas.

Segundo o governo Milei, a mudança não afetaria a soberania porque proíbe a venda de terras para Estados estrangeiros, permitindo apenas para a iniciativa privada.

PROPRIEDADE PRIVADA

O projeto que amplia o limite para venda de terras argentinas a estrangeiros faz parte de um pacote mais amplo de mudanças legislativas defendidas pelo governo argentino, chamada de Lei de Inviolabilidade da Propriedade Privada.

O pacote tem medidas que, entre outras mudanças, aceleram os processos de despejos, dificultam as expropriações estatais e reduzem as restrições para venda de áreas protegidas ambientalmente após incêndios florestais.

BRASIL&EUA

Mídia mundial trata revogação de visto de embaixadora como ‘escalada de tensões'

MATHEUS ANDRADE/AE

Grande parte dos principais veículos de imprensa do mundo noticiou a decisão do governo americano de revogar o visto da embaixadora brasileira em Washington, Maria Luiza Viotti (foto), como uma "escalada de tensões" entre Brasil e Estados Unidos. No New York Times, o título da reportagem sobre o tema foi "EUA revogam visto de diplomata brasileira de alto escalão, elevando as tensões", enquanto a versão do continente americano do jornal El País traz a matéria "Estados Unidos e o Brasil protagonizam um duelo diplomático entre gigantes" como a principal em seu site.

Os veículos britânicos BBC e Guardian também trouxeram a interpretação de uma elevação de tensão entre os dois lados ao tratar do tema, assim como a

emissora do Catar Al Jazeera.

O Wall Street Journal destacou que a notícia ocorre "em meio a uma crescente disputa diplomática sobre uma suposta interferência dos EUA antes das eleições presidenciais do país, em outubro". O Washington Post trouxe no título que a ação ocorreu "em medida de retaliação". No geral, as publicações trouxeram a notícia através das declarações do Departamento de Estado, ou porta-vozes do organismo, afirmando que a decisão do governo americano ocorreu em resposta ao fato de o Brasil ter adiado a aprovação diplomática formal do embaixador dos EUA em Brasília e negado vistos a diplomatas americanos. Meios como a americana CNN e a alemã DW repercutiram a interpretação de forma mais direta a partir das declarações oficiais.

No caso da emissora euro-



peia, a informação de que o Brasil rejeitou a decisão de Washington, "descrevendo-a como uma escalada e afirmando que

ela evidenciava o interesse dos EUA em interferir na próxima eleição presidencial do país", ganhou maior destaque. "A decisão de hoje não é um incidente isolado. Ela faz parte de uma escalada deliberada de medidas hostis contra o Brasil, motivada por razões ideológicas", publicou a DW, citando o gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em comunicado. A chinesa CGTN também citou a versão do governo brasileiro, que chamou de "falsas" as razões citadas pelos Estados Unidos.

Já a Fox News trouxe a declaração de um porta-voz do Departamento de Estado americano: "Mantivemos comunicação constante com o governo brasileiro durante semanas e demos a ele todas as oportunidades para fazer a coisa certa, no entanto, eles têm continuamente adiado e criado obstáculos.